

PROJETO DE LEI Nº 075/2023.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.

Câmara Municipal de Encruzilhada do Sul
PROTOCOLO
Hora 15:55 Nº 1639
Em 30/08/23
Paula
Responsável

Capítulo I

Disposições Preliminares

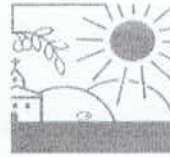
Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no inciso XIV do artigo 79 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2024, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2021;
- c) das metas fiscais previstas para 2023, 2024 e 2025, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
- d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
- g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;



h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstas no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, de R\$ 117.998.407,74 (cento e dezessete milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizado.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de ajustes da meta de resultado primário, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.



Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº, de 3.984 e suas alterações, estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, ou ainda se as previsões de arrendação de receitas para o exercício de 2024 indicarem alterações relevantes.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III

Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas



nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 79 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;



XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2022 e a previsão para o exercício de 2023;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às prioridades.

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 57 desta Lei.



Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 10 % (dez por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea “b” do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

§ 2º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Capítulo IV

Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, até 30 de setembro de 2023, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV – ao Fundo Municipal do Idoso – FM Idoso;

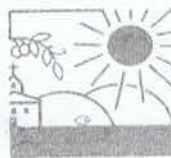
V – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

VI – ao Regime Próprio de Previdência Social;

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2023.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e



as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 18/2021 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2023, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

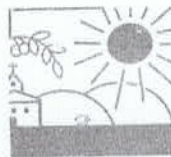
§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a cinco vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. Deverão ser observados os seguintes requisitos, no caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental:

I - se for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou

b) redução permanente de despesas.



II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá à Secretaria da Fazenda organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

§ 3º As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos, cujos totalidade de recursos contemplados no respectivo orçamento seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) deverão ser objeto de capítulo específico no relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;

III – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo;

IV – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.



Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III

da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de Educação e Saúde;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;



- VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
- VII – despesas com publicidade institucional;
- VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores



correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2025.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas, no que couber, as regras de inscrição e cancelamento de restos a pagar definidas na Instrução Normativa nº 18/2021, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.



§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

§ 2º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2023, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2024;
- III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.



Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2023, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;

III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V

Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2023, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva,



mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2023, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI

Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 3.984 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

IV - as emendas que reduzirem em mais de 20% (vinte por cento) o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.



Seção VII

Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I

Das Subvenções Econômicas

Art. 33. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 34. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação “90 – Aplicações Diretas” e no elemento de despesa “48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas”.

Subseção II

Das Subvenções Sociais

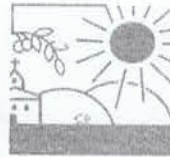
Art. 35. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no *caput* deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III

Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:



I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV

Dos Auxílios

Art. 38. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:



a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V

Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 39. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 5 (cinco) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;



b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Assessoria Jurídica verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a



nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a seis % ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;



IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 46. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 48. No exercício de 2024, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2023, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 49. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 18/2021 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 50. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o



Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 02 (dois) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.



§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 52. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VII

Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 53. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2024, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;



- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 54. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do artigo anterior ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;



II – a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,5 % (meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2023.

III – os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 56. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII

Das Disposições Gerais

Art. 57. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 58. Por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60 Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.



Art. 61. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Encruzilhada do Sul RS, de de 2023.

Benito Fonseca Paschoal,
Prefeito Municipal.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Fabiano Soares de Freitas,
Chefe de Gabinete respondendo pela Secretaria Municipal da Administração.

Milton Jéder Franck de Almeida,
Secretário Municipal da Fazenda.





Mensagem.

Excelentíssimo Presidente da Câmara,

Excelentíssimos Vereadores:

Temos a honra de submeter à consideração dessa Casa Legislativa o presente projeto de lei que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.”.

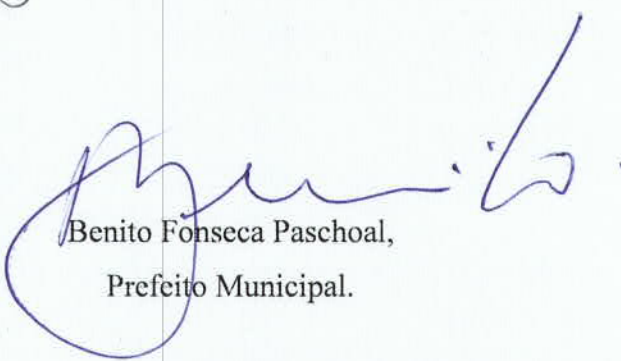
As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo e Legislativo. Buscando sintonizar a Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual. De acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração da LOA.

Com isso objetiva-se a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária elevando o município de Encruzilhada do Sul.

Diante das razões apresentadas, o Poder Executivo justifica o pedido de aprovação deste projeto de lei por essa colenda Câmara.

Encruzilhada do Sul, de ³⁰ agosto de de 2023.


Benito Fonseca Paschoal,
Prefeito Municipal.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2024

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2023		2024		2025	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
Receita Total RPPS	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93
Receitas Primárias RPPS (I)	4.465.790,38	4.278.701,24	4.397.849,23	4.045.149,42	4.917.082,93	4.389.798,53
Despesa Total RPPS	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93
Despesas Primárias RPPS (II)	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 7.563.928,01	- 7.214.734,84	- 7.945.762,69	- 7.308.526,40	- 8.380.117,78	- 7.447.388,40
	(a)		(b)		(c)	
		% PIB		% PIB		% PIB
		(a/PIB)		(b/PIB)		(c/PIB)
		x 100		x 100		x 100
		Preenchimento		Preenchimento		Preenchimento
		Opcional do MD		Opcional Cte 12		Opcional Cte 12
		Edição do MD		Edição do MD		Edição do MD

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2022.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 924/2021. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser reviso por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A menção de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na Tabela 06.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção, a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 9,25%, 7,50% e 7,00%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2022, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2023, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 150.564.083,56, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 8.534.374,43), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 10.000.000,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), e ainda a dedução das receitas Intergovernamentais, resultam numa Receita Primária de R\$ 132.029.708,56.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 150.564.083,56. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 1.962.374,7, e, ainda, as despesas intergovernamentais, tem-se que as despesas primárias para 2023 foram previstas em R\$ 148.601.708,69. A tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
- 9.3 - Cabeando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2023 que foi inicialmente prevista em R\$ -16.571.999,73 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	125.001.556,53	119.307.381,28	124,01%	117,53%	117.534.581,05	108.476.433,99	114,15%	120,26%	120.265.326,79	106.879.476,52	115,01%	115,01%
Receitas Primárias (I)	105.954.319,26	101.052.878,06	105,05%	108,34%	106.058.274,46	99.697.992,82	104,87%	110,15%	110.152.875,42	97.892.567,67	105,34%	103,05%
Receitas Primárias Correntes	103.787.153,43	98.995.756,70	102,90%	106,06%	106.058.274,46	97.563.102,94	102,67%	107,51%	107.751.860,38	96.758.791,98	103,05%	103,05%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.208.222,13	19.275.297,72	20,03%	23,04%	17.044.138,97	17.597.167,97	22,65%	28,54%	28.542.837,42	23.568.549,08	29,39%	29,39%
Contribuições	16.698.631,98	15.927.729,74	16,56%	63,73%	17.068.061,36	15.699.232,70	16,52%	18,03%	18.039.173,56	16.031.365,61	17,25%	58,55%
Transferências Correntes	65.097.339,22	62.092.882,43	64,54%	63,73%	63.737.513,34	58.625.876,29	61,69%	61,22%	61.227.800,54	54.412.983,63	58,55%	17,25%
Demais Receitas Primárias Correntes	1.782.960,22	1.700.648,81	1,77%	1,65%	1.659.994,26	1.710.825,98	1,80%	1,94%	1.942.048,86	1.725.893,66	1,89%	1,89%
Receitas Primárias de Capital	2.167.165,83	2.067.117,35	2,15%	2,27%	2.276.566,53	2.093.989,88	2,20%	2,40%	2.401.015,04	2.133.775,69	2,30%	2,30%
Despesa Total	125.143.407,90	119.386.089,18	124,07%	117,98%	117.998.407,74	108.535.141,89	114,21%	120,33%	120.331.387,41	108.538.184,22	115,08%	112,95%
Despesas Primárias (II + III)	123.079.769,52	117.397.719,88	122,02%	115,83%	115.853.964,44	106.562.679,20	112,14%	118,10%	118.105.743,34	104.960.260,26	112,95%	112,95%
Despesas Primárias Correntes	110.159.639,04	105.074.054,79	109,21%	114,02%	114.021.871,62	104.877.517,01	110,38%	131,09%	131.093.304,46	116.502.271,31	125,37%	125,37%
Despesas Primárias de Capital	78.818.878,09	75.178.248,84	78,14%	77,14%	77.140.773,13	70.954.218,10	74,67%	86,48%	86.482.763,69	78.857.002,27	82,71%	42,68%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	31.342.762,95	29.885.605,95	31,07%	36,88%	36.881.098,48	33.923.298,91	35,70%	44,61%	44.610.540,78	39.645.269,04	42,68%	42,68%
Despesas Primárias de Capital	11.761.296,46	11.218.531,23	11,68%	37,66%	637,98	34.088.439,66	35,87%	147,16%	147.164.765,59	130.892.710,06	140,76%	140,76%
Despesas Primárias de Capital	2.883.308,16	2.750.196,55	2,85%	3,01%	3.018.111,23	2.776.093,99	2,92%	3,54%	3.541.093,44	3.146.980,33	3,39%	3,39%
Reserva de Contingência (II+4)	- 1.724.476,14	- 1.644.664,69	- 1,71%	- 38,24%	- 38.246.656,39	- 35.179.541,46	- 37,02%	- 163,71%	- 163.713.420,16	- 145.491.881,45	- 156,55%	- 156,55%
Resultado Primário (III) = (I - II)	- 17.125.450,26	- 16.334.643,82	- 16,98%	- 7,50%	- 7.507.689,98	- 6.905.586,38	- 7,27%	- 7,95%	- 7.952.867,92	- 7.067.692,59	- 7,61%	- 7,61%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (IV)	0,00	-	0,00%	0,00%	0,00	-	0,00%	0,00%	0,00	-	0,00%	0,00%
Resultado Nominal - (IV) = (III + IV - V)	- 17.125.450,26	- 16.334.643,82	- 16,98%	- 7,50%	- 7.507.689,98	- 6.905.586,38	- 7,27%	- 7,95%	- 7.952.867,92	- 7.067.692,59	- 7,61%	- 7,61%
Divida Pública Consolidada	6.864.298,05	6.547.594,17	6,81%	8,92%	8.923.166,97	8.207.562,07	8,64%	6,44%	6.442.063,46	7.502.439,36	6,07%	8,07%
Divida Consolidada Líquida	- 19.405.697,16	- 18.509.821,79	- 19,24%	- 22,57%	- 22.570.890,03	- 20.760.550,98	- 21,85%	- 23,47%	- 23.479.547,68	- 20.866.211,63	- 22,45%	- 22,45%
Receitas Primárias advindas de PPP (VIII)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Tabela Responsável: Contabilidade, Data de emissão: 20/08/2022.

Conforme o item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos de condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção do equilíbrio de longo prazo e de movimento financeiro.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias;
- 4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao montante apurado das obrigações financeiras de curto e médio prazo, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido contratadas como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das:

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas: Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição de estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2019, 2020 e 2021) e os valores reais projetados para o exercício atual (2022), além das premissas consideradas como variáveis e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comprometimento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros;
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de corrente. Quanto aos atos investidores, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão e fim de garantir o preempunente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV, Assesuramem-ze, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública;
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As Tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Límites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo;
- 4 - Considera-se o PIB e IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que sua parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,00 %, 2,00 % e 2,00 % e das taxas de inflação (IPCA) de 4,30 %, 3,20 % e 3,00 %, respectivamente, cuja projeção decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil;
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intracorporativas.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2024
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

	PODER EXECUTIVO		
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	54.467.086,13	55.789.777,42	56.466.239,96
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	51.743.731,82	53.000.288,55	53.642.927,96
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	49.020.377,52	50.210.799,68	50.819.615,97
PODER LEGISLATIVO			
	2023	2024	2025
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	6.051.898,46	6.198.864,16	6.274.026,66
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	5.749.303,54	5.888.920,95	5.960.325,33
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	5.446.708,61	5.578.977,74	5.646.624,00

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo

de 30 (trinta) dias, contado a partir da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

Codigo	Descrição	PAGA					PROJETADO		PROJETADO		PROJETADO
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	73.427.939,28	81.291.393,42	80.950.677,37	100.826.219,63	111.371.393,91	114.948.646,63	132.114.975,71			
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.276.540,53	60.839.060,81	56.828.186,46	67.036.759,78	79.384.673,05	77.428.671,68	86.777.978,64			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	40.826.736,74	47.959.545,29	44.711.698,35	53.002.153,88	62.670.408,83	61.411.139,61	69.006.681,94			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	2.425.472,03	2.475.491,62	2.492.928,93	2.753.144,30	3.168.991,08	3.248.653,55	3.451.499,27			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R.P.P.S	7.814.088,64	9.044.353,19	9.358.477,03	11.281.461,60	12.777.476,17	12.480.912,97	14.024.582,48			
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	1.210.243,12	1.359.670,71	265.082,15	-	567.796,97	287.898,55	295.214,95			
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.161.398,75	20.452.332,61	24.122.490,91	33.788.459,85	31.986.720,85	37.519.974,95	45.336.997,07			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	19.655.460,84	19.428.593,95	23.002.365,48	32.506.553,79	30.686.217,86	36.108.540,42	43.676.072,05			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	307.939,38	283.386,52	323.324,29	349.313,12	394.677,30	464.417,65	561.749,07			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	186.864,89	101.950,97	415.350,73	109.756,90	261.867,79	308.140,41	372.719,66			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	999.133,84	638.401,17	381.450,41	822.836,04	643.957,90	638.876,46	726.456,29			
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.584.125,31	3.962.503,44	3.756.379,44	14.579.025,70	15.496.490,13	41.296.417,50	151.929.831,86			
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.700.900,71	2.604.177,72	2.056.458,84	12.429.926,23	13.432.851,75	39.151.974,20	149.704.187,80			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executiv / Indiretas	1.751.092,03	2.180.341,07	1.206.211,67	8.862.630,29	11.703.901,80	36.879.777,26	146.466.484,82			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	104.309,56	19.281,20	11.431,00	24.285,40	54.422,38	171.488,55	681.059,57			
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	3.227,00	2.974,29	9.372,18	37.221,20			
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	845.499,12	404.555,45	838.816,17	3.539.783,54	1.671.553,29	2.091.336,22	2.519.422,20			
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA PÚBLICA	883.224,60	1.358.325,72	1.701.920,60	2.149.099,47	2.063.638,38	2.144.443,29	2.225.644,07			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	883.224,60	1.358.325,72	1.701.920,60	2.149.099,47	2.063.638,38	2.144.443,29	2.225.644,07			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTARIO / RESERVA - SEM RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTARIO / RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
	TOTAL DAS DESPESAS	77.012.064,59	85.253.896,86	84.709.056,81	115.404.245,33	125.143.407,90	117.998.407,74	120.331.387,41			

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	123.829.928,61	126.232.721,16	127.775.922,82
II - DEDUÇÕES			
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	4.217.174,15	4.119.294,20	4.628.778,48
Compensação Financeira entre Regimes	268.616,23	278.555,03	288.304,46
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previenciários	7.563.928,01	7.945.762,66	8.380.117,78
Deduções da Receita Corrente	10.915.235,91	10.574.706,64	9.911.611,07
Outras deduções	-	-	-
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II)	100.864.974,31	103.314.402,63	104.567.111,04
IV - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)	-	-	-
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento (III - IV)	100.864.974,31	103.314.402,63	104.567.111,04
VI - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)	-	-	-
VII - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal (V - VI)	100.864.974,31	103.314.402,63	104.567.111,04

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

Código até 2022	Código a partir de 2023	CONTA	ARRECADADA 2019	ARRECADADA 2020	ARRECADADA 2021	ARRECADADA 2022	PROJETADO 2023	PROJETADO 2024	PROJETADO 2025
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	98.761.212,38	106.221.181,15	121.778.991,61	141.419.720,21	123.829.928,61	128.232.721,16	127.775.922,82
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.787.456,99	13.026.153,39	17.046.929,24	18.289.646,40	22.121.362,53	25.388.065,97	28.996.201,45
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0	IRRF s/ Rend. Trabalho - Principal - Alíquotas fixas do Poder Executivo/Indiretas	1.921.258,24	2.464.318,10	2.309.895,17	3.458.265,98	3.756.035,26	4.310.696,03	4.855.412,54
1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.3.0.0.0	IRRF s/ Rend. Trabalho - Principal - Alíquotas fixas do Poder Legislativo	169.811,46	176.913,63	179.756,31	218.983,46	263.714,40	302.657,60	340.902,60
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.1.0.0.0.0	Demais Impostos	7.934.891,61	9.739.955,74	13.804.374,32	13.333.562,68	16.890.267,02	19.364.484,39	21.833.984,13
1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.2.0.0.0.0	Taxas	716.492,18	624.913,34	714.502,60	714.502,60	1.166.970,18	1.339.070,18	1.508.280,35
1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.1.3.0.0.0.0	Contribuição de Melhoria	45.003,50	20.052,38	38.430,84	39.489,42	44.574,91	51.157,37	57.621,82
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.0.0.0.0.0	Contribuições Sociais	11.990.224,32	14.679.225,93	12.739.945,14	13.327.946,99	16.698.631,66	17.068.061,36	18.039.173,56
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	11.633.373,30	14.393.242,60	12.417.461,10	12.994.632,43	16.290.963,43	16.639.834,43	17.687.537,61
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.0.0.0.0	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	2.581.418,97	2.766.761,66	3.290.149,73	3.752.874,95	4.217.174,15	4.119.294,20	4.626.978,46
1.2.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.9.0.0.0	Outras Contribuições Sociais	9.051.954,33	11.626.480,94	9.127.311,37	9.241.406,89	12.073.809,28	12.520.540,23	12.958.759,13
1.2.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.1.8.0.0.0	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios (Exceto para o RPPS)	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.2.1.0.0.0	Contribuições Econômicas	356.651,02	285.983,33	377.732,04	333.665,14	407.648,43	428.226,93	451.635,96
1.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.2.4.1.5.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.659.836,48	5.275.184,20	4.961.016,68	12.639.522,93	9.135.813,04	9.996.909,99	10.121.391,90
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	8.770,35	-	16.050,00	-	6.530,01	6.771,62	7.008,63
1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.1.1.0.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	8.651.066,13	5.275.184,20	4.944.966,68	12.634.910,08	9.127.539,28	9.588.306,59	10.112.451,37
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0	Valores Mobiliários	89.828,37	40.722,48	255.831,44	1.224.577,26	587.103,46	616.741,03	650.455,17
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	59.299,46	17.040,00	331.908,47	2.198.314,97	976.507,81	1.025.802,90	1.081.878,42
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (Valor Líquido Arrecadado)	8.505.938,30	5.217.421,72	4.357.126,77	9.212.017,85	7.563.928,01	7.945.762,66	8.380.117,78
1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.1.0.0.0	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.2.9.9.9.0	Juros de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.3.0.0.0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.6.1.0.0.0	Cessão de Direitos	-	-	-	4.612,85	-	1.831,78	1.931,91
1.3.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.3.9.0.0.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.4.1.0.0.0	Receita Agropecuária	1.5.1.1.01.0	32.525.001,83	34.493.989,36	44.670.877,77	34.521.792,54	34.860.278,11	34.820.465,53
1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.5.1.1.01.0	Receita de Serviços	1.6.0.0.0.0.0	215.028,19	292.163,63	1.597.652,59	819.005,50	860.349,72	907.380,74
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.6.0.0.0.0	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Resgate para Programas de Desenv. Econômico	245.823,44	215.028,19	292.163,63	1.597.652,59	819.005,50	860.349,72	907.380,74
1.6.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.6.4.0.0.0	Demais Serviços	16.9.989,00	72.209.912,57	85.908.245,07	1.597.652,59	819.005,50	860.349,72	907.380,74
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.0.0.0.0	Transferências Correntes	68.494.229,38	72.209.912,57	85.908.245,07	94.666.423,31	74.099.434,73	72.328.293,38	69.086.047,58
1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	28.097.364,66	32.525.001,83	34.493.989,36	44.670.877,77	34.521.792,54	34.860.278,11	34.820.465,53
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	18.753.309,22	17.859.971,94	24.079.989,20	29.979.873,61	19.932.087,75	19.595.947,41	19.458.978,02
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	827.618,22	803.705,33	1.055.455,15	1.315.451,61	860.225,36	865.380,56	899.331,83
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	797.041,59	797.364,68	932.333,72	1.456.258,23	879.709,18	894.873,09	898.827,90
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-	-	1.227.110,82	1.287.766,47	682.708,95	671.195,21	666.503,77
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	292.295,01	346.583,10	464.117,05	747.267,76	434.410,78	427.084,54	424.099,35
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	3.268.694,65	6.261.172,00	4.779.335,07	6.124.393,36	6.870.986,63	7.235.213,13	7.374.596,59
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-	-	208.483,08	607.026,21	308.405,37	319.816,37	331.009,94
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.177.820,72	6.006.106,93	1.463.870,23	1.589.395,33	3.749.593,71	3.888.121,28	4.024.205,53
1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	-	247.257,72	233.299,04	199.172,80	189.565,60	188.368,62	185.065,96
1.7.1.8.99.0.0.0.0.0.0.0	1.7.1.8.99.0	Outras Transferências da União	980.585,27	202.840,13	-	1.374.302,39	594.289,20	616.277,90	637.847,63
CONTA			ARRECADADA 20019	ARRECADADA 20020	ARRECADADA 20021	ARRECADADA 20022	PROJETADO 20023	PROJETADO 20024	PROJETADO 20025
CONSOLIDADAS ANUAIS			28.538.861,92	27.592.089,46	35.509.286,72	33.150.292,56	27.036.121,29	25.433.338,88	22.013.351,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			23.594.633,54	24.223.654,68	30.549.661,05	28.290.243,30	22.567.950,34	20.877.666,89	17.666.164,15
Cota-Parte do IPVA			1.342.855,51	1.425.609,35	1.782.128,63	2.092.051,36	1.433.933,74	1.332.889,64	1.124.387,74
Cota-Parte do IPI - Municípios			281.800,06	276.015,59	249.266,38	220.454,93	204.221,15	189.930,43	160.135,54

17.2.8.01.4.0.00.00.00	17.2.1.53.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	27.236,45	23.031,51	14.818,31	22.930,36	16.523,64	15.359,28	12.956,65
17.2.8.01.5.0.00.00.00	17.2.1.98.0.0	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	39.921,88	-	42.847,95
17.2.8.01.9.0.00.00.00	17.2.9.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	30.000,00	93.879,93	-	-	-	-	-
17.2.8.03.0.0.00.00.00	17.2.3.50.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	3.261.210,52	1.548.543,36	2.816.713,02	1.622.609,43	2.404.323,69	2.493.283,67	2.580.548,60
17.2.8.10.0.0.00.00.00	17.2.4.00.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
17.2.8.99.0.0.00.00.00	17.2.9.00.0.0	Outras Transferências dos Estados	1.325,84	1.355,04	86.593,33	892.003,18	389.246,85	382.908,98	396.310,90
17.3.0.00.0.0.00.00.00	17.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
17.4.0.00.0.0.00.00.00	17.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	231.182,32	85.449,12	88.610,73	91.712,11
17.5.8.01.1.0.00.00.00	17.5.1.50.0.0	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	11.831.945,27	12.192.821,28	15.904.988,99	16.601.000,66	12.454.925,82	12.244.876,30	12.159.288,54
17.6.0.00.0.0.00.00.00	17.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
17.7.0.00.0.0.00.00.00	17.7.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	26.057,52	-	-	3.100,00	1.145,96	1.188,36	1.229,96
19.0.0.00.0.0.00.00.00	19.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	603.641,76	715.676,87	775.443,85	908.526,00	955.680,95	991.041,15	1.025.727,59
19.1.0.00.0.0.00.00.00	19.1.1.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
19.2.0.00.0.0.00.00.00	19.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	-
19.2.2.01.2.0.00.00.00	19.2.2.01.2.0	Restituição de Convênios - Fincancas	-	-	-	-	-	-	-
19.2.0.00.0.0.00.00.00	19.2.2.99.0.0	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	-
19.3.0.00.0.0.00.00.00	19.3.0.00.0.0	Demaís Receitas Correntes	603.641,76	715.676,87	775.443,85	908.526,00	955.680,95	991.041,15	1.025.727,59
19.9.0.03.0.0.00.00.00	19.9.0.03.0.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
19.9.0.06.0.0.00.00.00	19.9.0.06.0.0	Contrarrenda de Subvenções ou Subsídios	343.684,15	192.384,85	242.427,75	238.520,73	268.616,23	278.555,03	288.304,46
19.9.0.1.1.0.00.00.00	19.9.9.11.0.0	Vantagem Cambial	-	-	-	-	-	-	-
19.9.0.12.0.0.00.00.00	19.9.9.12.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Onus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
19.9.0.99.2.0.00.00.00	19.9.9.99.3.0	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
19.9.0.99.0.0.00.00.00	19.9.9.99.0.0	Outras Receitas (demaís receitas diversas)	259.957,61	523.292,02	533.016,10	670.005,27	697.064,72	712.486,12	737.423,13
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	2.0.0.00.0.0	Recargas de Capital	942.062,13	432.711,17	1.511.403,22	5.321.716,81	12.167.165,83	2.276.566,53	2.401.015,04
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	2.1.0.00.0.0	Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	2.2.0.00.0.0	Atenuação de Bens	180.700,00	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	2.2.1.1.01.0.0	Atenuação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	2.2.1.1.02.0.0	Atenuação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	2.2.1.0.00.0.0	Atenuação de Bens Móveis	180.700,00	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	2.2.2.1.01.0.0	Atenuação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	2.3.1.1.00.0.0	Amortizado de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	2.4.0.00.0.0	Transferências de Capital	761.362,13	432.711,17	1.511.403,22	3.571.716,81	2.167.165,83	2.276.566,53	2.401.015,04
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	2.4.1.0.00.0.0	Transferências do União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	761.362,13	432.711,17	1.411.403,22	2.290.450,99	1.641.216,44	1.724.056,89	1.818.312,80
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	100.000,00	1.281.265,82	525.949,39	552.499,94	582.702,24
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	2.4.4.1.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	2.4.5.1.01.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	2.4.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	2.4.7.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	2.9.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.1.01.00.00	2.9.9.99.0.0	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.1.1.02.00.00	2.9.9.99.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	7.0.0.00.0.0	Recargas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	7.0.0.00.0.0	Recargas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	7.0.0.00.0.0	Recargas Correntes Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	8.0.0.00.0.0	Recargas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	8.0.0.00.0.0	Recargas de Capital Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	8.0.0.00.0.0	Recargas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	9.0.0.00.0.0	Recargas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	166.500,00	61.549,36	63.826,69	66.060,62
Código até 2022	Código a partir de 2023	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 20019	ARRECADADA 20020	ARRECADADA 20021	ARRECADADA 20022	PROJETADO 20023	PROJETADO 20024	PROJETADO 20025
9.0.0.0.00.0.0.00.00	9.0.0.0.00.0.0	(R) Deduções da Receita	9.305.955,43	9.403.876,11	11.946.168,72	16.548.453,80	10.915.235,91	10.574.706,64	9.911.611,07
9.1.0.0.00.0.0.00.00	9.1.1.0.00.0.0	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	(511.475,76)	(597.374,25)	(319.457,30)	(4.136.541,31)	1.913.140,41	1.983.926,60	2.053.364,03
9.1.0.0.00.0.0.00.00	9.1.7.0.00.0.0	Demaís Dedu para o FUNDEB	(8.794.479,67)	(8.806.501,86)	(11.626.711,42)	(12.411.912,49)	(9.002.095,51)	(8.590.780,04)	(7.858.247,04)
9.1.0.0.00.0.0.00.00	9.1.0.0.00.0.0	Demaís Dedu da Receita Corrente - Exceto Rend Negativo do RPPS (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
9.2.0.0.00.0.0.00.00	9.2.0.0.00.0.0	Demaís Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS			90.417.319,08	97.260.016,21	111.344.226,11	130.359.483,22	125.143.407,90	117.998.407,74	120.331.387,41

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
 Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

Código	Descrição	PAGA					PROJETADO		PROJETADO		PROJETADO
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	73.427.939,28	81.291.393,42	80.950.677,37	100.825.219,63	111.371.393,91	114.948.646,53	132.114.975,71			
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.276.540,53	60.839.060,81	56.828.186,46	67.036.759,78	79.384.673,05	77.428.671,68	86.777.978,64			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	40.826.726,74	47.959.545,29	44.711.688,35	53.002.153,88	62.870.408,63	61.411.196,61	69.006.681,94			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	2.425.472,03	2.475.491,62	2.497.928,93	2.753.144,30	3.168.991,08	3.248.663,55	3.451.499,27			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R.P.P.S	7.814.088,64	9.044.353,19	9.358.477,03	11.281.461,60	12.777.476,17	12.480.912,97	14.024.582,48			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	1.210.243,12	1.359.670,71	265.082,15	-	967.796,97	287.696,55	285.214,95			
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
3.2.91.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.151.398,75	20.462.332,61	24.122.490,91	33.788.459,85	31.986.720,85	37.519.974,95	45.336.997,07			
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.655.460,64	19.428.593,95	23.002.365,48	32.506.553,79	30.686.217,86	36.108.540,42	43.676.072,05			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	307.939,38	283.386,52	323.324,29	349.313,12	384.677,30	464.417,65	561.749,07			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	198.864,89	101.950,97	415.350,73	109.756,90	261.867,79	308.140,41	372.719,66			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - RPPS	989.133,84	638.401,17	381.450,41	822.836,04	643.957,90	638.876,46	726.456,29			
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.584.125,31	3.962.503,44	3.758.379,44	14.579.026,70	15.496.490,13	41.296.417,50	151.929.831,86			
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.700.900,71	2.604.177,72	2.056.458,84	12.429.926,23	13.432.851,75	39.151.974,20	149.704.187,80			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	1.761.092,03	2.180.341,07	1.206.211,67	8.862.630,29	11.703.901,60	36.879.777,26	146.466.484,82			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	104.309,56	19.281,20	11.431,00	24.285,40	54.422,36	171.488,55	681.059,57			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - RPPS	845.499,12	404.555,45	838.816,17	3.539.783,54	1.671.553,29	9.372,18	37.221,20			
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	883.224,60	1.358.326,72	1.701.920,60	2.149.099,47	2.063.638,38	2.144.443,29	2.225.644,07			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	883.224,60	1.358.326,72	1.701.920,60	2.149.099,47	2.063.638,38	2.144.443,29	2.225.644,07			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	-	-	-	-	-	-	-			
9.9.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
9.9.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-			
	TOTAL DAS DESPESAS	77.012.064,59	85.253.896,86	84.709.056,81	115.404.245,33	125.143.407,90	117.998.407,74	120.331.387,41			

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2024

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,52%	10,06%	5,78%	4,84%	3,70%	3,50%
VARIAÇÃO PIB	-3,90%	4,60%	0,70%	2,26%	1,30%	1,90%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	5,86%	-16,65%	2,12%	-2,89%	-5,81%	-2,19%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIADOS	-3,93%	3,28%	33,59%	3,54%	13,47%	16,87%
ESFORÇO NA ARRECADADAÇÃO TRIBUTÁRIA	20,13%	16,21%	0,81%	15,00%	10,67%	8,83%
CRESC. REAL DAS TRANSFER. CORR. DA UNIÃO	24,01%	-8,61%	23,02%	-30,00%	-5,19%	-4,06%
CRESC. REAL DAS TRANSFER. CORR. DO ESTADO	-3,94%	14,03%	-13,12%	-32,00%	-10,36%	-18,50%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	6,00%	0,00%	10,06%	11,28%	0,00%	11,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	6,00%	0,00%	10,06%	5,79%	4,95%	4,95%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-4,20%	-35,69%	497,95%	149,33%	203,86%	283,72%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	1,90%	9,15%	13,25%	11,75%	9,00%	8,50%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	0,00	0,00	5,00	5,25	5,05	5,02

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/específicas/númerica de receita e/ou grupo de natureza de despesa. 2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil - (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>)

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LET DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2021
 TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	687.594,29	10.366.553,51	9.538.716,35	6.864.288,05	8.923.185,97	8.442.063,46
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	687.594,29	10.366.553,51	9.538.716,35	6.864.288,05	8.923.185,97	8.442.063,46
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	10.598.342,85	30.210.630,60	38.000.982,19	26.269.985,21	31.493.866,00	31.921.611,13
Disponibilidade da Caixa Bruta	10.804.938,63	30.865.400,03	38.115.412,68	26.595.250,45	31.858.687,72	32.189.793,62
(-) Restos a Pagar Processados	206.595,78	654.769,43	114.430,49	325.265,23	364.821,72	268.172,48
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(9.910.748,56)	(19.844.077,09)	(28.462.265,84)	(19.405.697,16)	(22.570.680,03)	(23.479.547,68)
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-19,24%	-21,85%	-22,45%
Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida						
Operações de Crédito / Pagamentos	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	1.750.000,00	10.000.000,00	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	1.358.325,72	1.701.920,60	2.106.336,38	2.048.694,10	2.124.495,78	2.198.653,13

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contador(a), Data da emissão: 20.08.2022.

Dívida Pública Consolidada - É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024
 TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

	RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS		RECEITAS PRIMÁRIAS	
	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.020	2.021	2.022	2.023
Arrecadação	96.817.305,04	109.832.822,89	124.871.266,41	112.914.692,70	115.658.014,52	117.864.311,75				
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	57.762,48	587.839,91	3.422.892,23	1.563.611,27	1.642.543,93	1.732.333,59				
(-) Aplicações Financeiras em Geral	5.217.421,72	4.357.126,77	9.212.017,85	7.563.928,01	7.945.762,66	8.380.117,78				
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	-	-	-	-	-	-				
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-				
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	91.542.120,84	104.887.856,21	112.236.356,33	103.787.153,43	106.069.707,93	107.751.860,38				
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	432.711,17	1.511.403,22	5.321.716,81	12.167.165,83	2.276.566,53	2.401.015,04				
(-) Operações de Crédito	-	-	1.750.000,00	10.000.000,00	-	-				
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-				
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-				
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-				
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	432.711,17	1.511.403,22	3.571.716,81	2.167.165,83	2.276.566,53	2.401.015,04				
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	91.974.832,01	106.399.259,43	115.808.073,14	105.954.319,26	108.346.274,46	110.152.875,42				
	DESPESAS PRIMÁRIAS		DESPESAS PRIMÁRIAS		DESPESAS PRIMÁRIAS		DESPESAS PRIMÁRIAS		DESPESAS PRIMÁRIAS	
	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025				
Pagamento	81.291.393,42	80.950.677,37	100.825.219,63	111.371.393,91	114.948.646,63	132.114.975,71				
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-				
(-) Juros e Encargos da Dívida	81.291.393,42	80.950.677,37	100.825.219,63	111.371.393,91	114.948.646,63	132.114.975,71				
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	81.291.393,42	80.950.677,37	100.825.219,63	111.371.393,91	114.948.646,63	132.114.975,71				
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	3.962.503,44	3.758.379,44	14.579.025,70	15.496.490,13	41.296.417,50	151.929.831,86				
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-				
(-) Aquisic. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-				
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-				
(-) Amortização da Dívida	1.358.325,72	1.701.920,60	2.149.099,47	2.063.638,38	2.144.443,29	2.225.644,07				

DESPESAS PRIMÁRIAS	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	2.604.177,72	2.056.458,84	12.429.926,23	13.432.851,75	39.151.974,20	149.704.187,80
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA CONTING. (VI = IV + V)	83.895.571,14	83.007.136,21	113.255.145,86	124.804.245,66	154.100.620,83	281.819.163,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)				1.724.476,14	38.246.656,39	163.713.420,16
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA CONTING. (VIII = VI+ VII)				123.079.769,52	115.853.964,44	118.105.743,34
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)	8.079.260,87	23.392.123,22	2.552.927,28	- 17.125.450,26	- 7.507.689,98	- 7.952.867,92

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação						
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XII = IX + X - XI)	8.079.260,87	23.392.123,22	2.552.927,28	17.125.450,26	7.507.689,98	7.952.867,92
---	---------------------	----------------------	---------------------	----------------------	---------------------	---------------------

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (d / PIB) x 100	% RCL (e / RCL) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f / PIB) x 100	% RCL (g / RCL) x 100
Receita Total	125.081.858,53	119.307.381,28	124,01%	117.934.581,05	108.476.433,99	114,15%	120.285.326,79	106.879.479,32	115,01%	105,34%		
Receitas Primárias (f)	105.954.319,26	101.082.876,06	105,05%	108.346.274,46	99.657.082,82	104,87%	110.152.875,42	97.892.567,67	105,34%			
Receitas Primárias Correntes	103.787.153,43	98.995.759,70	102,90%	106.069.707,83	97.565.102,94	102,67%	107.751.860,39	95.758.791,98	103,05%			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.208.222,13	19.275.297,22	20,03%	23.404.139,97	21.527.167,97	22,65%	26.542.837,42	23.588.549,08	25,38%			
Contribuições	16.898.631,86	15.927.729,74	16,96%	17.068.061,36	15.699.232,70	16,52%	18.039.173,56	16.031.365,61	17,25%			
Transferências Correntes	65.097.339,22	62.092.082,43	64,54%	63.737.513,34	58.625.875,29	61,69%	61.227.800,54	54.412.983,63	58,55%			
Demais Receitas Primárias Correntes	1.782.960,22	1.700.648,81	1,77%	1.859.994,26	1.710.825,88	1,80%	1.942.048,86	1.725.893,66	1,86%			
Receitas Primárias de Capital	2.167.165,83	2.067.117,55	2,15%	2.276.566,53	2.093.989,88	2,20%	2.401.015,04	2.133.775,68	2,30%			
Despesas Total	125.443.407,90	119.366.089,18	124,07%	117.998.407,74	108.562.679,20	114,21%	120.331.387,41	106.938.184,22	112,95%			
Despesas Primárias Correntes	123.079.769,52	117.397.719,88	122,02%	115.853.964,44	106.562.679,20	112,14%	118.105.743,34	104.960.280,26	112,95%			
Despesas Primárias Correntes Pessoal e Encargos Sociais	78.816.876,09	75.178.248,84	78,14%	77.140.773,13	70.954.218,10	74,67%	86.482.763,69	76.857.002,27	82,71%			
Outras Despesas Correntes (Primárias)	31.342.782,95	29.895.805,95	31,07%	36.881.099,48	33.923.298,81	35,70%	44.610.540,78	39.645.269,04	42,69%			
Despesas Primárias de Capital	11.761.298,48	11.218.331,23	11,66%	37.060.637,98	34.088.439,66	35,87%	147.184.765,59	130.802.710,06	140,76%			
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.893.308,16	2.750.198,55	2,89%	3.018.111,23	2.776.053,99	2,92%	3.541.093,44	3.146.960,33	3,39%			
Reserva de Contingência (II-a)	- 1.724.476,14	- 1.644.864,69	- 1,71%	- 38.246.656,39	- 35.179.341,46	- 37,02%	- 163.713.420,16	- 145.491.681,45	- 156,56%			
Resultado Primário (III) = (I) - (II)	- 17.125.450,26	- 16.334.843,82	0,00%	- 7.507.889,98	- 6.905.586,38	0,00%	- 7.952.867,92	- 7.067.692,59	- 7,61%			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	- 17.125.450,26	- 16.334.843,82	- 16,98%	- 7.507.889,98	- 6.905.586,38	- 7,27%	- 7.952.867,92	- 7.067.692,59	- 7,61%			
Resultado Nominal - (VI) = (III) + (IV) - (V)	6.864.288,05	6.547.384,17	6,81%	8.923.185,97	8.207.562,07	8,64%	8.442.063,46	7.507.439,36	8,07%			
Divida Pública Consolidada	- 19.405.697,16	- 18.509.821,79	- 19,24%	- 22.570.880,03	- 20.780.550,98	- 21,85%	- 23.479.547,88	- 20.866.211,63	- 22,45%			
Divida Consolidada Líquida	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII) - (VIII)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%			

Fonte: Sistema GOVBR/CFP - Unidade Responsável: Controladoria, Data da emissão: 20/06/2023.

Conforme o Item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCALIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto a trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração do orçamento e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empréstimo e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e encargos de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as Instruções do Item 03.06.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores previstos da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias;
- 4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da compensação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2019, 2020 e 2021) e os valores reais (atuais) (2022), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano das cidades, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custos. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas, em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As Tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o crescimento nominal das receitas.

Fonte: Sistema GOVBR/CFP - Unidade Responsável: Controladoria, Data da emissão: 20/06/2023.

Primo das atividades econômicas de âmbito nacional, assim, para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,00%, 2,00% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,10%, 3,20% e 3,00%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas Intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considero a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 924/2021. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser reviso por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2023. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na Tabela 06.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 9,25%, 7,50% e 7,00%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados, levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2022, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos denunciar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções.

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2023, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 150.564.083,36, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 8.534.374,43), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 10.000.000,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), e ainda a dedução das receitas Intraorçamentárias, resultam numa Receita Primária de R\$ 132.029.708,96.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 150.564.083,39. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 1.962.374,7, e, ainda, as despesas Intraorçamentárias, tem-se que as despesas primárias para 2023 foram previstas em R\$ 148.601.708,69. A Tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Correlando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2023 que foi inicialmente prevista em R\$ 16.571.999,73 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93			
Receitas Primárias RPPS (I)	4.485.790,38	4.278.701,24	4.397.849,23	4.045.149,42	4.917.082,93	4.369.798,53			
Despesa Total RPPS	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93			
Despesas Primárias RPPS (II)	12.049.718,39	11.493.436,08	12.343.611,89	11.353.675,82	13.297.200,71	11.817.186,93			
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 7.563.928,01	- 7.214.734,84	- 7.945.762,66	- 7.308.526,40	- 8.380.117,78	- 7.447.388,40			
			Preenchimento Opcional Cte 12 ^a Edição do MDF			Preenchimento Opcional Cte 12 ^a Edição do MDF			Preenchimento Opcional Cte 12 ^a Edição do MDF

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadora, Data da emissão: 20.08.2022.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : ENCruzilhada DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2024

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas		% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas		% PIB	% RCL	Variação	
	em	2022 (a)			em	2022 (b)			Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	116.918.200,00	116.918.200,00	110,58%	110,58%	130.359.483,22	123,30%	123,30%	13.441.283,22	11,50%	
Receita Primárias (I)	101.730.190,00	101.730.190,00	96,22%	96,22%	115.976.073,14	109,69%	109,69%	14.245.883,14	14,00%	
Despesa Total	116.918.200,00	116.918.200,00	110,58%	110,58%	118.086.922,52	111,69%	111,69%	1.168.722,52	1,00%	
Despesa Primárias (II)	114.908.200,00	114.908.200,00	108,68%	108,68%	115.980.586,14	109,70%	109,70%	1.072.386,14	0,93%	
Resultado Primário (I-II)	-	13.178.010,00	-12,46%	-12,46%	4.513,00	0,00%	0,00%	13.173.497,00	-99,97%	
Resultado Nominal	3.561.652,94	3.561.652,94	3,37%	3,37%	6.180.522,43	5,85%	5,85%	2.618.869,49	73,53%	
Divida Pública Consolidada	10.270.434,50	10.270.434,50	9,71%	9,71%	10.519.577,12	9,95%	9,95%	249.142,62	2,43%	
Divida Consolidada Líquida	-	23.615.193,27	-22,34%	-22,34%	25.631.286,86	-24,24%	-24,24%	2.016.093,59	8,54%	
Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF										
Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF										

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Controladoria, Data da emissão: 20.08.2023.

Valor da Receita Corrente Líquida de 2021 **105.727.359,29**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2022 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ -4.513,00, superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -13.178.010,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 115.976.073,14, superando em 14,00% a projeção para o período de R\$ 101.730.190,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 115.980.586,14, estabelecendo-se 0,98% acima da previsto orçamentária. Corresponderam a -0,03% do total das receitas primárias comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário em 4.513,00, valor inexpressivo.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sendo condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 14,00% em relação ao valor consignado no orçamento.

A dívida consolidada líquida totalizou R\$ 23.615.193,27, valor 8,54% superior ao saldo de R\$ 23.615.193,27 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da inscrição da dívida de parcelamentos administrativos.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2022, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 23.615.193,27. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 25.631.286,86 que, comparado com o montante apurado ao final do ano anterior (2021,) apresentou um acréscimo de R\$ 2.016.093,59, valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	85.735.500,00	#####	36,37%	116.918.200,00	0,00%	125.081.858,53	6,98%	117.934.581,05	-5,71%	120.265.326,79	1,98%
Receitas Primárias (I)	79.866.716,00	#####	27,37%	101.162.090,00	-0,56%	105.954.319,26	4,74%	108.346.274,46	2,26%	110.152.875,42	1,67%
Despesa Total	85.735.500,00	#####	36,37%	116.918.200,00	0,00%	125.143.407,90	7,04%	117.998.407,74	-5,71%	120.331.387,41	1,98%
Despesas Primárias (II)	87.738.427,57	#####	30,97%	114.751.454,03	-0,14%	123.079.769,52	7,26%	115.853.964,44	-5,87%	118.105.743,34	1,94%
Resultado Primário (I – II)	- 7.871.711,57	#####	67,41%	- 13.589.364,03	3,12%	- 17.125.450,26	26,02%	- 7.507.689,98	-56,16%	- 7.952.867,92	5,93%
Resultado Nominal	1.936.662,94	3.561.652,94	83,91%	8.829.908,23	147,92%	- 17.125.450,26	-293,95%	- 7.507.689,98	-56,16%	- 7.952.867,92	5,93%
Divida Pública Consolidada	687.594,20	10.270.434,50	1393,68%	9.538.716,35	-7,12%	6.864.288,05	-28,04%	8.923.185,97	29,99%	8.442.063,46	-5,39%
Divida Consolidada Líquida	9.910.748,56	-23.615.193,27	-338,28%	- 28.462.265,84	20,53%	- 19.405.697,16	-31,82%	- 22.570.680,03	16,31%	- 23.479.547,68	4,03%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %	2025	Variação %
Receita Total	99.814.527,70	#####	23,91%	116.918.200,00	-5,46%	119.307.381,28	2,04%	108.476.433,99	-9,08%	106.879.476,32	-1,47%
Receitas Primárias (I)	92.982.003,21	#####	15,73%	101.162.090,00	-5,99%	101.062.876,06	-0,10%	99.657.092,82	-1,39%	97.892.567,67	-1,77%
Despesa Total	99.814.527,70	#####	23,91%	116.918.200,00	-5,46%	119.366.089,18	2,09%	108.535.141,89	-9,07%	106.938.184,22	-1,47%
Despesas Primárias (II)	102.146.365,38	#####	19,00%	114.751.454,03	-5,59%	117.397.719,88	2,31%	106.562.679,20	-9,23%	104.960.260,26	-1,50%
Resultado Primário (I – II)	- 9.164.362,17	#####	52,11%	- 13.589.364,03	-2,51%	- 16.334.843,82	20,20%	- 6.905.586,38	-57,72%	- 7.067.692,59	2,35%
Resultado Nominal	2.254.691,42	3.767.516,48	67,10%	8.829.908,23	134,37%	- 16.334.843,82	-284,99%	- 6.905.586,38	-57,72%	- 7.067.692,59	2,35%
Divida Pública Consolidada	800.507,26	10.864.065,61	1257,15%	9.538.716,35	-12,20%	6.547.394,17	-31,36%	8.207.562,07	25,36%	7.502.439,36	-8,59%
Divida Consolidada Líquida	11.538.238,96	-24.980.151,44	-316,50%	- 28.462.265,84	13,94%	- 18.509.821,79	-34,97%	- 20.760.550,98	12,16%	- 20.866.211,63	0,51%

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2023.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2024

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	2.577.791,56	3,66%	2.577.791,56	4,43%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	67.774.795,78	96,34%	55.585.425,16	95,57%	19.111.209,60	100,00%
Ajustes Exerc.Anteiros	-	0,00%	565,84	0,00%	-	0,00%
TOTAL	70.352.587,34	100,00%	58.163.782,56	100,00%	19.111.209,60	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	2.577.791,56	-28,15%	2.577.791,56	-71,41%	2.577.791,56	14,89%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(11.734.155,13)	128,15%	(6.187.466,29)	171,41%	14.738.962,53	85,11%
Ajustes Exerc.Anteiros	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	(9.156.363,57)	100,00%	(3.609.674,73)	100,00%	17.316.754,09	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	5.155.583,12	8,42%	5.155.583,12	9,45%	2.577.791,56	7,08%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	56.040.640,65	91,58%	49.397.958,87	90,55%	33.850.172,13	92,92%
Ajustes Exerc.Anteiros	-	0,00%	565,84	0,00%	-	0,00%
TOTAL	61.196.223,77	100,00%	54.554.107,83	100,00%	36.427.963,69	100,00%

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2023.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição do LDO (2020, 2021 e 2022), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 2.040 de 31.12.2001, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2020 a 2022, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 36.427.963,69 em 31.12.2020 para R\$ 61.196.223,77 em 31.12.2022.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2022 com superávit patrimonial, cujo principal

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022	2021	2020
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2020			-
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	-	-	-
TOTAL	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras		-	
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
	-	-	-

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2023.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

EXERCÍCIO DE 2024
 AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		
	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	19.385.974,51	16.683.276,67	19.174.564,46
Civil			
Ativo			
Inativo	2.766.663,61	3.290.149,73	3.751.701,60
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo	11.209.504,33	9.123.453,62	9.241.398,81
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais	5.217.421,72	4.027.245,57	5.924.121,44
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	192.384,85	242.427,75	238.520,73
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			18.821,88

Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		2020	2021	2022
		19.385.974,51	16.683.276,67	19.174.564,46
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		2020	2021	2022
Benefícios - Civil				
Aposentadorias		7.967.296,57	8.383.922,90	10.062.125,70
Pensões		819.081,32	926.469,91	1.219.335,90
Outros Benefícios Previdenciários		101.002,22		
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias		92.934,22		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)		8.980.314,33	9.310.392,81	11.281.461,60
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²		10.405.660,18	7.372.883,86	7.893.102,86
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		2020	2021	2022
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2020	2021	2022
VALOR		6.572.000,00	5.757.000,00	5.650.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPPS		2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.858,67	1.858,67	0,00
Investimentos e Aplicações		80.240.891,99	87.150.340,90	94.521.379,87
Outro Bens e Direitos				

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2020	2021	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	2020	2021	2022
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	2020	2021	2022
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	226.271,00	169.014,56	112.983,90
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-226.271,00	-169.014,56	-112.983,90

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				

EXERCÍCIO 2022	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício
Provisões a Longo Prazo	215.414.085,35	320.142.237,11	-104.728.151,76	-104.728.151,76

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2023.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre):

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2020, 2021 e 2022; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2022.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
IPTU - Desconto pelo pagamento a vista	Imposto	Contribuintes	530.000,00	549.610,00	568.846,35	
			-	-	-	Vide Obsevação
			-	-	-	abaixo
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			530.000,00	549.610,00	568.846,35	-

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2023.

- Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2023 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal
- 2 - Os valores da renúncia projetados para 2024 e 2025, foram calculados a partir dos valores de 2023, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:
- Inflação para 2024: 3,70%
- Inflação para 2025: 3,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, *proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.*

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	(27.695.646,85)
Decorrente de Receitas Tributárias	1.753.326,80
Decorrente de Transferências Correntes	(29.448.973,65)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	4.542.812,54
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(23.152.834,31)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(23.152.834,31)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(423.049,04)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	4.808.348,63
Relativas a Outras Despesas Correntes	(5.231.397,68)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Sistema GOVBR/CP, Unidade Responsável: Contadoria, Data da emissão: 20.08.2022.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2024 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2023-2024.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2022-2023 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. **Quando for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de : ENCRUZILHADA DO SUL-RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais - Precatórios	135.350,00	Promover o aumento da arrecadação das receitas próprias do município.	135.350,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	-		
Avais e Garantias Concedidas	-		
Assunção de Passivos	-		
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes	-		
SUBTOTAL	135.350,00	SUBTOTAL	135.350,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	-		
Restituição de Tributos a Maior	-		
Discrepância de Projeções:	-		
Outros Riscos Fiscais	-		
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	135.350,00	TOTAL	135.350,00

Assinatura do Diretor financeiro responsável pela elaboração do orçamento e da demonstração de riscos fiscais e providências.

U Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os

valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município/entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS**

RISCOS FISCAIS PASSIVOS estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/opu extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares)).

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2024
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores

Programa: 0001 - Execução da Ação Legislativa

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.001 - Manutenção, Reuperação e Conservação de Predios do Poder Legislativo	Câmara de Vereadores	P	Programas de Trabalho	und	1,00	30.000,00
2.001 - Manutenção das Atividades Normais do Poder Legislativo Municipal	Câmara de Vereadores	A	Atividade Mantida	und	1,00	3.150.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.180.000,00

Exercício: 2023

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Fundamento Legal: 01

Data: Tipo: Projeto de Lei

Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Programa: 0010 - Administração Governamental

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete da Prefeitura	Gabinete do Prefeito	A	Atividade Mantida	und	1,00	2.864.500,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.864.500,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Programa: 0058 - Melhoramento da Infra-estrutura urbana

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.084 - Manutencao Convenio c/Corpo de Bombeiros - FUMREBOM e AMBES	Gabinete do Prefeito	A	Programas de Trabalho	und	1,00	644.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						644.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 03.01 - Secretaria Municipal da Administração

Programa: 0010 - Administração Governamental

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal da Administração	Secretaria Municipal da Administração	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.958.000,00
2.027 - Manutenção da Ouvidoria Municipal	Secretaria Municipal da Administração	A	Atividade Mantida	und	1,00	100.000,00
1.016 - Implantação da Ouvidoria Municipal	Secretaria Municipal da Administração	A	Atividade Mantida	und	1,00	50.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.108.000,00

Exercício: 2024
Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 03.02 - Fundo Aposentadoria Pensao Servodor-FAPS

Programa: 0032 - Prev.Social Serv.Vinc.Reg.Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.005 - Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo FAPS	Fundo Aposentadoria Servodor-FAPS	A	Atividade Mantida	und	1,00	290.000,00
2.090 - Manutenção das Atividades do Fundo FAPS	Fundo Aposentadoria Servodor-FAPS	A	Manutenção das Atividades do FAPS	und	1,00	9.360.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						9.650.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda

Programa: 0010 - Administração Governamental

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.006 - Manutencao da Secret.Munic.da Fazenda	Secretaria Municipal da Fazenda	A	Atividade Mantida	und	1,00	2.270.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.270.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca

Programa: 0008 - Serviços de Trânsito

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto	Unidade	Metas	Valores
---------------------------	-------------------	------	---------	---------	-------	---------

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	(Bem ou Serviço)	Medida	Físicas	(R\$ 1)
2.008 - Municipalização do Transito	Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca	A	Atividade Mantida	und	1,00	50.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						50.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca

Programa: 0030 - Assistência Social Comunitária

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.028 - Construção Poços Artesianos Área Rural	Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca	A	Programas de Trabalho	und	1,00	72.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						72.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca

Programa: 0032 - Previdência Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.009 - Manutenção Secretaria Munic.de Obras	Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca	A	Atividade Mantida	und	1,00	220.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						220.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Urb.Saneamento e Viaca

Programa: 0058 - Melhoria da Infra-estrutura urbana

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto	Unidade	Metas	Valores

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Medida	Físicas	Valores (R\$ 1)
2.009 - Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo, Viacao e Trânsito	Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca	A	Atividade Mantida	und	1,00	4.610.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						4.610.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca

Programa: 0062 - Sistemas de Esgotos

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.004 - Construção, Ampliação e Manutenção de Redes de Esgoto-FEP	Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca	P	Programas de Trabalho	und	1,00	336.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						336.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca

Programa: 0064 - Limpeza Pública

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.010 - Coleta e Destinação do Lixo Urbano	Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.600.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.600.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr.Munic.Obras,Uurb.Saneamento e Viaca

Programa: 0066 - Serviços Funerários

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.003 - Construção, Ampliação e Manutenção de Cemitérios	Secr. Munic. Obras, Urb. Saneamento e Viaca	P	Programas de Trabalho	und	1,00	80.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr. Munic. Obras, Urb. Saneamento e Viaca

Programa: 0067 - Iluminação Pública

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.009 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública	Secr. Munic. Obras, Urb. Saneamento e Viaca	A	Atividade Mantida	und	1,00	90.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						90.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 05.01 - Secr. Munic. Obras, Urb. Saneamento e Viaca

Programa: 0069 - Vias Urbanas

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.007 - Pavimentação de ruas e passeios-Próprios e Conta-Partidas	Secr. Munic. Obras, Urb. Saneamento e Viaca	P	Programas de Trabalho	und	2,00	3.300.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.300.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 06.01 - Secret.Munic.de Transportes

Programa: 0101 - Atividades Normais da Secretaria

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.011 - Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes	Secret.Munic.de Transportes	A	Atividade Mantida	und	1,00	5.730.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						5.730.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 06.01 - Secr.Munic. De Transportes

Programa: 0032 - Previdência Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.011 - Manutenção Secret.Munic. Transportes	Manutenção Secret.Munic. Transportes	A	Atividade Mantida	und	1,00	120.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						120.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 06.01 - Secret.Munic.de Transportes

Programa: 0101 - Construção, Rest.e Constr.Estradas Munic.

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.020 e 1029 - Aplicação dos Recursos FEP e CIDE	Secret.Munic.de Transportes	A	Programas de Trabalho	und	1,00	200.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						200.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 06.01 - Secret.Munic.de Transportes

Programa: 0101 - Construção,Rest.e Constr.Estradas Munic.

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.013 - Estradas, Pontes e Bueiros	Secret.Munic.de Transportes	A	Programas de Trabalho	und	1,00	670.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						670.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0028 - Assistência ao Educando

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.057 - Transporte Escolar c/recursos do MDE	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	P	Atividade Mantida	und	1,00	200.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						200.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0032 - Previdencia Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.014 - Manutenção da Rede de Ensino Fundamental - MDE	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.000.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.000.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0041 - Educação Pré-Escolar

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.015 - Manutenção das Atividades do Ensino Pré-Escolar	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	30.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						30.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0047 - Ensino Regular

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.014 - Manutenção da Rede Municipal de Ensino Fundamental - MDE	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	7.300.000,00
1.011 - Construção/Ampliação/Reforma de Escolas e Quadras Esportivas	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Programas de Trabalho	und	1,00	540.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						7.840.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0051 - Assistência Maternal

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
---------------------------	-------------------	------	--------------------------	----------------	---------------	-----------------

2.016 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	80.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						80.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.01 - Manutenção do Ensino Fund. c/Rec. MDE

Programa: 0052 - Assistência a Educação Especial

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.017 - Manutenção das Atividades da Educação Especial - APAE	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	350.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						350.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.02 - Manutenção do Ensino Fund. c/Rec. FUNDEB

Programa: 0028 - Assistência ao Educando

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
---------------------------	-------------------	------	--------------------------	----------------	---------------	-----------------

2.018 - Manutenção do Transporte Escolar c/Recursos do FUNDEB	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.100.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		1.100.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.02 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. FUNDEB

Programa: 0032 - Previdencia Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.019 - Manutenção da Rede Municipal de Ensino Fundamental - FUNDEB	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	4.300.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		4.300.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.02 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. FUNDEB

Programa: 0047 - Ensino Regular

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.019 - Manutenção da Rede Municipal de Ensino Fundamental - FUNDEB	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	11.100.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		11.100.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.02 - Manutencao do Ensino Fund. c/Rec. FUNDEB

Programa: 0051 - Assistência Maternal

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)

2.016 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	3.580.000,00
2.019 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.000.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		4.580.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.02 - Manutenção do Ensino Fund. c/Rec. FUNDEB

Programa: 0052 - Assistência a Educação Especial

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.089 - Manutenção das Atividades da Educação Especial	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	170.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		170.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.03 - Manut. Depart. Cultura, Desp. e Juventude

Programa: 0027 - Serviços Prot. à Criança e ao Adolescente

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.025 - Manutenção do Departamento de Valorização e Desenv. da Juventude	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	5.000,00
				TOTAL NO EXERCÍCIO		5.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.03 - Manut. Depart. Cultura, Desp. e Juventude

Programa: 0032 - Previdência Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.020 - Manutenção do Departamento de Cultura	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	10.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						10.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.03 - Manut. Depart. Cultura, Desp. e Juventude

Programa: 0054 - Desenvolvimento Cultural

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.020 - Manutenção do Departamento de Cultura	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	140.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						140.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.03 - Manut. Depart. Cultura, Desp. e Juventude

Programa: 0103 - Desporto Comunitário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.021 - Manutenção do Departamento de Desporto	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	250.000,00
1.046 - Construção/Ampliação de Campos, Ginásios e Quadras Esportiva	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Programas de Trabalho	und	1,00	100.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 07.04 - Aplic. Rec. Vinc./Nao Computaveis Educacao

Programa: 0028 - Assistência ao Educando

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.002 - Aplicação dos Recursos do Programa Passe Livre Estudantil	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	P	Programas de Trabalho	und	10,00	10.000,00
1.014 - Aplicação recurso PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	P	Programas de Trabalho	und	10,00	5.000,00
1.036 - Construções Escola Machado de Assis, Dom João e São Luiz (continuação)	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	P	Programas de Trabalho	und	1,00	5.000,00
2.022 - Salário Educação - Transporte Escola	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto		Atividade Mantida	und	1,00	1.500.000,00
2.023 - Municipalização da Merenda Escolar - MEC	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto		Atividade Mantida	und	1,00	330.000,00
2.065 - Transporte de Estudantes Universitários	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	50.000,00
2.088 - Aquisição de frota para Educação	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto	A	Atividade Mantida	und	1,00	750.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.650.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 08.01 - Secr.Munic.Agropecuaria e Abastecimento

Programa: 0076 - Desenvolvimento da Produção Vegetal

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.015 Contra-Partida para Recursos Vinculados	Secr.Munic.Agropecuaria e Abastecimento	A	Programas de Trabalho	und	1,00	130.000,00
2.026 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agropecuaria e Abastecimento	Secr.Munic.Agropecuaria e Abastecimento	A	Atividade Mantida	und	1,00	900.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.030.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 08.01 - Secr.Munic.Agropecuaria e Abastecimento

Programa: 0032 - Previdência Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.026 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agropecuaria e Abastecimento	Secr.Munic.Agropecuaria e Abastecimento	A	Atividade Mantida	und	1,00	70.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						70.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 09.01 - Secr.Munic.de Planejamento e Desenvolvimento Economico

Programa: 0002 - Planejamento Governamental

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.007 - Manutenção Secr.Munic.de Planejamento e Desenvolninto Economico	Secr.Munic.de Planejamento	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.300.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.300.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 09.01 - Secr.Munic.de Planejamento e Desenvolvimento Economico

Programa: 0032 - Previdência Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto	Unidade	Metas	Valores
2.007 - Manutenção Secr.Munic.de Planejamento e Desenvolninto Economico	Secr.Munic.de Planejamento	A	Atividade Mantida	und	1,00	140.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						140.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 09.01 - Secr.Munic.de Planejamento e Desenvolvimento Economico

Programa: 0094 - Produção de Turismo

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.041 - Manutenção das Atividades do Turismo	Secr.Munic.de Planejamento	A	Atividade Mantida	und	1,00	10.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						10.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.01 - Secret.Mun.de Saude e do Meio Ambiente

Programa: 0032 - Previdencia Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.029 - Manutencao da Secretaria Municipal de Saude e Meio Ambiente	Secret.Mun.de Saude e do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.297.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.297.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.01 - Secret.Mun.de Saude e do Meio Ambiente

Programa: 0107 - Assistência Médica a População

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.028 - Manutencao do Conselho municipal de Saude	Secret.Mun.de Saude e do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	5.000,00

2.029 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente	Secret. Mun. de Saúde e do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	11.545.000,00
---	--	---	-------------------	-----	------	---------------

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.01 - Secret. Mun. de Saúde e do Meio Ambiente

Programa: 0107 - Assistência Médica a População

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.067 - Alocção dos Recursos da Taxa de Vigilância Sanitária	Secret. Mun. de Saúde e do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	43.000,00
2.085 - Manutenção do Contrato com o Consórcio CISVALE	Secret. Mun. de Saúde e do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	190.000,00
1.017 - Amliações e/ou Reformas de UBS's Ambiente	Secret. Mun. de Saúde e do Meio Ambiente	P	Atividade Mantida	und	1,00	70.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						11.853.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.02 - Recursos Transferidos da União

Programa: 0107 - Assistência Médica a População

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
---------------------------	-------------------	------	--------------------------	----------------	---------------	-----------------

1.002/1.022 - Organização Serviços Assistenciais Farmaceutica SUS - Investimentos	Recursos Transferidos da Uniao	P	Equipamentos Adquiridos	und	1,00	300.000,00
2.030 - Programa Agentes Comunitários de Saúde	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.350.000,00
2.031 - Atenção Básica - PAB Fixo	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.000.000,00
2.032 - Alcação dos Recursos do FAEC	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	80.000,00
2.036 - Alcação dos Recursos da Assistência Farmaceutica Básica	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	145.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.02 - Recursos Transferidos da Uniao

Programa: 0107 - Assistência Médica a População

2.040 - Alcação dos Recursos do VISA	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	25.000,00
2.043 - Alcação dos Recursos do ESF - Saúde Família	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	265.000,00
2.058 - Alcação dos Rec.do Enfrentamento ao COVID	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	50.000,00
2.066 - Alcação dos Recursos da Vigilância Epidemiológica	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	145.000,00
2.077 - Alcação dos Recursos do CAPS	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	240.000,00
2.082 - Alcação dos Recursos do SAMU - Federal	Recursos Transferidos da Uniao	A	Atividade Mantida	und	1,00	140.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.740.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.03 - Recursos Transferidos do Estado

Programa: 0027 - Serviços Prot. à Criança e ao Adolescente

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.035 - Aplicacac dos Recursos do Programa PIM	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	110.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						110.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.03 - Recursos Transferidos do Estado

Programa: 0030 - Assistência Social Comunitária

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto	Unidade	Metas	Valores
2.074 - Aplicacao dos Recursos do Programa ESF	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	480.000,00
2.075 - Aplicacao dos Recursos Progr. Saude Bucal	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	50.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						530.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.03 - Recursos Transferidos do Estado

Programa: 0107 - Assistência Médica a População

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.068 - Programa Farmácia Cuidar Mais	Recursos Transferidos do Estado	P	Programas de Trabalho	und	1,00	100.000,00
2.033 - Aplicação dos Recursos do Programa PIAPS	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.100.000,00
2.034 - Aplicação dos Recursos do Programa Rede Bem Cuidar PIAPS	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	200.000,00
2.038 - Programa Farmácia Básica	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	360.000,00
2.042 - Programa Epidemiologia	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	10.000,00
2.063 - Incentivo Financeiro Adicional Programa PACS	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	60.000,00
2.077 - Manutenção do CAPS	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	210.000,00
2.081 - Alocção Recursos Programa Salvar SAMU	Recursos Transferidos do Estado	A	Atividade Mantida	und	1,00	320.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.360.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 10.04 - Manut.do Departamento do Meio Ambiente

Programa: 0063 - Proteção ao Meio Ambiente

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.044 - Manutencao do Departamento Municipal de Meio Ambiente	Manut.do Departamento do Meio Ambiente	A	Atividade Mantida	und	1,00	210.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						210.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 11.01 - Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social

Programa: 0027 - Serviços Prot.à Criança e ao Adolescente

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.045 - Manutencao das Atividades do Conselho Tutelar	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	138.000,00
2.069 - Manutenção do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente COMDICAESUL	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	62.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						200.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 11.01 - Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social

Programa: 0030 - Assistência Social Comunitária

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.046 - Manutencao Secr.Munic.Assistência Social	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	2.500.000,00
2.072 - Manutenção Conselho dos Direitos do Idoso	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	5.000,00
2.076 - Manutenção da Casa de Passagem	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	100.000,00
2.080 - Manutenção do Conselho da Mulher	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	60.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.665.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 11.01 - Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social

Programa: 0032 - Previdencia Social Servidores Vinculados ao Regime Estatutário

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.046 - Manutencao Secr.Munic.Assistencia Social	Secr.Munic.Cidadania e Inclusao Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	310.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						310.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 11.02 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Programa: 0030 - Assistência Social Comunitária

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.047 - Bloco de Proteção Social Básico	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	210.000,00
2.048 - Bloco PSE de Média Complexidade	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	165.000,00
2.049 - Bloco de Alta Complexidade I	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	45.000,00
2.052 - Outros Recursos Vinculados ao FMAS	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	125.000,00
2.058 - Ações de Enfrentamento ao COVID	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	30.000,00
2.064 - Programa PIM - SUAS Criança Feliz	Fundo Municipal de Assistencia Social	A	Atividade Mantida	und	1,00	60.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						635.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 12.01 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0000 - Operações Especiais

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.054 - Serviços da Divida ública	Encargos Gerais do Município	A	Atividade Mantida	und	1,00	2.000.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						2.000.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 12.01 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0004 - Supervisão e Coordenação

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.050 - Encargos Comuns da Administração	Encargos Gerais do Município	A	Atividade Mantida	und	1,00	3.000.000,00
1.048 - Sistemas de Informática e Internet	Encargos Gerais do Município	P	Programas de Trabalho	und	1,00	20.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						3.020.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 12.01 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0033 - Assist.Médico-Hospitalar ao Servidor

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.053 - Manutenção do Plano de Assistência a Saúde do Servidor-IPERCS	Encargos Gerais do Município	A	Atividade Mantida	und	1,00	1.500.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						1.500.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 12.01 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0067 - Iluminação Pública

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.083 - Tarifa da Iluminação Pública	Encargos Gerais do Município	A	Atividade Mantida	und	1,00	400.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						400.000,00

Exercício: 2024

Situação: Em Elaboração

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Unidade: 12.01 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0112 - Restituição de Recursos

Descrição da Ação-Subação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
2.070 - Devolucao de Saldo de Convenios e/ou Rec Vinculados e Indenizacoes	Encargos Gerais do Município	A	Atividade Mantida	und	1,00	10.000,00
TOTAL NO EXERCÍCIO						10.000,00